

O novo e o velho na organização da mídia no território brasileiro: contribuições para a leitura da conjuntura atual a partir de Milton Santos

The new and the old in the organization of media in the Brazilian territory: contributions to a conjunctural analysis based on Milton Santos' work

Pasti, André

 André Pasti  
andre.pasti@ufabc.edu.br  
UFABC, Brasil

**Percursos**

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil  
ISSN-e: 1984-7246  
Periodicidade: Cuatrimestral  
vol. 23, núm. 51, 2022  
revistapercursos.faed@udesc.br

Recepção: 26 Setembro 2021  
Aprovação: 23 Fevereiro 2022

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/815/8154144018/>

DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724623512022238>

**Resumo:** Este artigo busca, a partir de um diálogo com a obra legada por Milton Santos, trazer contribuições para a leitura da atual conjuntura brasileira, no contexto da chamada “onda conservadora” e da ascensão da extrema-direita. Pretende-se, assim, compreender o que o território usado nos revela para interpretarmos o papel da comunicação na conjuntura atual e investigar como a organização da comunicação no território condiciona as possibilidades de debater outros projetos de futuro para o território. Pretende-se dar subsídios para leituras da conjuntura que considerem a tensão entre as inovações e o preexistente nos arranjos espaciais, mobilizando os conceitos de psicofera-tecnosfera, eventos e formação socioespacial.

**Palavras-chave:** novo e velho, mídia, psicofera-tecnosfera, análise de conjuntura, território brasileiro, Milton Santos.

**Abstract:** This article aims to, from a dialogue with the work bequeathed by Milton Santos, bring contributions to the understanding of the current Brazilian conjuncture, in the context of the so-called “conservative wave” and of the ascension of the far-right. It is intended, thus, to comprehend what the used territory reveals to us, so we can interpret the role of communication in the current conjuncture and investigate how the organization of communication in territory conditions the possibilities of debating other future projects for the territory. It is intended to provide subsidies for the conjunctures readings, which considers the tension between innovations and the pre-existence in the spatial arrangements, mobilizing the psychosphere-technosphere concepts, events and social-spatial formation.

**Keywords:** the new and the old, media, psychospheretechnosphere, conjunctural analysis, Brazilian territory, Milton Santos.

Introdução

Que pistas o território usado nos dá para interpretarmos o papel da comunicação na conjuntura atual? Como a organização da comunicação no território condiciona as possibilidades de debater outros projetos de futuro para o campo e para a cidade? Que conceitos podem ser mobilizados de forma profícua para uma leitura da conjuntura que considere a tensão entre as inovações e o preexistente nos arranjos espaciais? Este artigo busca trazer aportes para a resposta a essas perguntas a partir das contribuições legadas pela obra de Milton Santos.

Considerando o diálogo interdisciplinar entre a Comunicação e a Geografia e outras ciências espaciais, pretende-se, aqui, contribuir com algumas chaves conceituais que podem ser mobilizadas para o exercício da leitura de conjuntura a partir do território usado. Além disso, o texto busca exercitar esse olhar para uma compreensão das relações entre o novo e o velho na comunicação para a interpretação da conjuntura brasileira atual. Em especial, é dada atenção à situação que antecede e acompanha a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro à Presidência da República - com a ascensão da extrema-direita e de uma chamada “onda conservadora” no país. O debate público e acadêmico sobre o tema tem enfatizado o novo, representado sobretudo pelo importante e preocupante fenômeno da desinformação massiva via internet como estratégia de comunicação política. Queremos explorar as relações e tensões entre esse novo e o velho na mídia.

A presente interpretação parte do território usado, entendido como sinônimo de espaço geográfico, “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63). Para Milton Santos (1994, p. 15-16), o que interessa à análise social não é o território em si, mas o *uso do território*, o *território usado*. Trata-se, como propõe Arroyo (2017, p. 14), de considerar o território não como um substrato material vazio e inerte, mas como âmbito usado por múltiplos agentes com diferentes força e poder, com distintas capacidades de usar e controlar suas bases naturais e técnicas e também de definir e regular suas bases normativas e políticas, com uma diversidade de imaginários, representações e interpretações.

Para a leitura da comunicação a partir do território usado, é necessário reconhecer que os fluxos informacionais dependem dos arranjos das materialidades e ações que compõem o espaço (SANTOS, 1994). Para o autor, o espaço pode ser compreendido em duas dimensões inseparáveis: a *tecnosfera* e a *psicosfera*. A tecnosfera corresponderia à dimensão dos objetos técnicos ou fabricados do espaço, que associa-se - nem sempre de forma coincidente - a uma psicosfera, que corresponderia aos imaginários, sentidos, emoções e valores presentes no território. A psicosfera diz respeito, portanto, ao reino das ideias, crenças, paixões e ao lugar da produção de um sentido (SANTOS, 2006, p. 256), enquanto a tecnosfera compreende o conjunto de objetos técnicos, resultado da artificialização crescente do espaço (SANTOS, 2008, p. 30). Os usos do território se fazem conjuntamente na tecnosfera e na psicosfera, que são indissociáveis e complementares.

Articulando tecnosfera e psicosfera, pretende-se analisar a organização do sistema de comunicação do território brasileiro e os sentidos dominantes produzidos pelos agentes que controlam as redes de comunicação. Cabe reconhecer, de partida, que a mídia exerce um duplo papel: econômico e cultural, sendo não só um mercado, mas também atuando na produção e circulação de sentidos na sociedade (MORAES, 2010). O sistema de comunicação brasileiro “em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados” (RIBEIRO, 1991, p. 46).

Milton Santos afirmou que “tanto o novo como o velho são dados permanentes da história; acotovelam-se em todas as situações” (SANTOS, 2008, p. 106). Elementos do novo e do velho se articulam em uma dada situação do território. Essa situação precisa ser compreendida a partir do movimento e dessa dialética entre novo e velho, como forças que atuam em conjunto (SANTOS, 2012, p. 101). Essa compreensão é uma chave fundamental para evitar o equívoco de leituras e interpretações da conjuntura que tentam simplificá-la a partir de um retrato apenas do novo - supondo, também, sua universalização imediata - quando, sabe-se, “o novo não chega em todos os lugares e, quando chega, não é no mesmo momento” (SANTOS, 2008, p. 107).

O novo é representado pelas inovações, como as comunicações modernas; o velho também são os grupos sociais preexistentes e suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço (SANTOS, 2012, p. 106). Novo e velho se encontram permanentemente em estado de mudança, que é dialética - “sendo contraditórios, funcionam, porém, em forma complementar e conjunta” (SANTOS, 2012, p. 106). Essas combinações e tensões variam de acordo com os lugares.

Para analisar as tensões entre novo e velho na mídia no território brasileiro, o presente artigo está organizado em três partes. Em uma primeira seção, discutimos a atualidade do velho problema da concentração midiática, observando a tecnosfera da mídia e seu comando no território brasileiro; em seguida, mobilizamos os conceitos de psicofera e eventos como caminhos para a leitura da conjuntura atual, dialogando com elementos empíricos a partir de análises da cobertura midiática. Por fim, discutimos tensões entre novo e velho na mídia para refletir sobre a interpretação da formação socioespacial brasileira e as armadilhas e potências na leitura da conjuntura, bem como caminhos para a disputa de outros projetos para o território. Utilizamos, na análise, evidências de um conjunto de pesquisas, em especial o “*Media Ownership Monitor Brasil*” (MOM-Brasil), que investigou a concentração midiática no país, e diversas análises de cobertura midiática recentes, envolvendo temas importantes da conjuntura.

### **A violência da informação e a atualidade do velho problema da concentração**

Interpretar o papel dos meios de comunicação na conjuntura atual exige examinar a organização do sistema de mídia e as redes de comunicação no território. A análise das redes a partir do território implica no reconhecimento de seus aspectos técnicos e sociais e em enfoques que considerem sua evolução ao longo do tempo e as relações entre os elementos no presente - a diacronia e a sincronia (SANTOS, 2006). A compreensão da organização dessa tecnosfera e de seu comando são essenciais para desvendar as dinâmicas comunicacionais do Brasil no presente.

A concentração do poder midiático é um problema histórico na América Latina e no território brasileiro (BECERRA; MASTRINI, 2009). Essa concentração é aprofundada no atual período da globalização, como afirma Milton Santos (2000, 2018) ao identificar a *violência da informação* como uma característica central desse período. Para o autor, o que configura tal violência é justamente a concentração maior do poder comunicacional em poucos agentes, em um cenário marcado pela presença crescente e pela ascensão da importância da informação em todas as dimensões da vida cotidiana e da economia - sendo fundamental na organização da sociedade e do território.

A disputa de projetos da sociedade marca a organização do espaço geográfico, e esses projetos “resultam do sistema de valores, tradições, atitudes culturais, sociais e políticas” (ISNARD, 1982, p. 37). Não havendo pluralidade e diversidade de ideias e sentidos em circulação no território, limita-se a possibilidade de criar, a partir dos lugares, projetos diferentes daqueles que atendem aos interesses dos agentes dominantes. Como afirma Wu (2016, p. 26), a forma ou a existência de qualquer “mercado de ideias” depende diretamente da estrutura das indústrias da cultura e da comunicação. A concentração midiática é, portanto, antidemocrática:

não só porque supõe uma limitação à pluralidade de opiniões e informações em função dos conteúdos desses meios serem homogêneos e não diversos; também pressupõe que esses atores, tornados oligopólicos ou monopólicos, utilizam seu poder para prejudicar ou impedir a entrada de novos operadores que possam competir com seu status, reduzindo, assim, as possibilidades de informações e opiniões às quais a população do país tem acesso. (GÓMEZ GERMANO, 2013, p. 47)

Napoli (1999) destaca três dimensões da diversidade na comunicação a serem consideradas para analisarmos o sistema de mídia: a diversidade de fontes - em sua propriedade, na programação, tipos de veículos e na formação das equipes envolvidas; a diversidade de conteúdos, considerando diferentes públicos-alvo, pontos de vista e tipos de programas; e a diversidade de audiência, levando em conta o consumo efetivo das informações. Caberia incorporar, ainda, a dimensão espacial nessa diversidade - verificando se a diversidade regional marca presença no sistema de mídia e se as perspectivas baseadas nas diferentes regiões estão efetivamente em circulação no território.

No caso brasileiro, essa diversidade regional está ausente da organização do sistema de comunicação - a mídia também é concentrada geograficamente. Entre os grupos controladores dos 50 veículos de mídia de maior alcance, investigados pela pesquisa MOM-Brasil (INTERVOZES, 2019a), 73% têm suas sedes na Região Metropolitana de São Paulo, a grande maioria na cidade de São Paulo (Figura 1).



FIGURA 1

Localização das matrizes dos grupos de mídia de maior alcance no território brasileiro (2017)

Fonte: Pasti (2018b)

Quando a produção dos meios de comunicação se encontra centralizada, os imaginários sociais que se consolidam, legitimam e difundem respondem ao olhar desses centros de comando (ITURRALDE, 2015). Daí ser central analisar o comando da circulação de informações e sentidos, considerando que os agentes que controlam essa circulação pautam a mídia a partir de seu viés (AGUIAR, 2018; NABARRO; SILVA, 2012). Amplia-se, assim, a capacidade de imposição, aos diferentes lugares, de sentidos alinhados com o interesse de quem pode realizar filtros e escolhas sobre a distribuição dessas informações a partir da visão dominante nos poucos centros que comandam as redes. As decisões editoriais, as prioridades de pauta e as representações de imagem e de cotidiano presentes na mídia são majoritariamente marcadas por essa concentração geográfica. A pesquisa *Vozes Silenciadas - A cobertura do vazamento do petróleo na costa brasileira* (INTERVOZES, 2020), por exemplo, mostra que a mídia de alcance nacional pautou tardiamente o vazamento e deu ênfase ao chamado “jornalismo declaratório” - privilegiando fontes oficiais e silenciando os povos e comunidades tradicionais do Nordeste afetados pelo desastre.

A permanência dos desafios da concentração foi objeto da pesquisa MOM-Brasil, que aferiu indicadores de Riscos à Pluralidade na Mídia no país. O quadro geral dos indicadores aponta um risco elevado à pluralidade, em um cenário marcado por intensa concentração de propriedade e de audiência da mídia e poucas proteções legais contra essa concentração (INTERVOZES, 2017). A pesquisa demonstra que as transformações da comunicação com a internet aprofundaram a concentração de poder comunicacional, já que os principais conglomerados de mídia utilizaram seu poder econômico, político e simbólico para atualizar sua forma de

atuação, controlando os principais portais de notícias em audiência. De outro lado, surgiram novos atores nesse mercado cada vez mais concentrado de informação na internet, com a configuração dos monopólios digitais de grandes plataformas (INTERVOZES, 2018).

Essas inovações na comunicação, representadas pelas dinâmicas emergentes do atual fenômeno técnico (SANTOS, 2006) acompanham novos desafios à análise: a desinformação massiva e intencional via aplicativos de mensagens como Whatsapp, além de redes sociais e plataformas de grandes corporações, exploradas politicamente em um movimento que Cesarino (2020) caracteriza como “populismo digital”. Nossa escolha, neste artigo, é evidenciar a dialética novo-velho na comunicação, identificando eventos que vêm transformando o território e acompanhando sentidos em circulação na psicosfera, os quais nos auxiliam a compreender a conjuntura em que essas táticas e mecanismos discursivos (CESARINO, 2020, p. 95) mobilizados pela extrema-direita ascendente tiveram êxito. Entende-se, assim, que embora as práticas e meios dessa tecnopolítica da comunicação (PARRA, 2012) sejam renovados, eles não acarretam uma superação total do preexistente - desafios como o da regulação dos algoritmos, cada vez mais mediadores de nossa comunicação (DA SILVEIRA, 2018), caminham concomitantemente às agendas históricas por democratização da radiodifusão e pela promoção de pluralidade e diversidade de vozes na mídia. A tensão entre o novo e o velho configura situações diferenciadas no território em relação às redes digitais e ao consumo de mídia, mas que se combinam na permanência de um poder concentrado aos agentes hegemônicos no controle da informação.

#### **Psicosfera e eventos: caminhos para a leitura da conjuntura**

Essa tecnosfera marcada por uma intensa concentração e hierarquia de comando acompanha uma psicosfera repleta de sentidos, valores, preocupações e pautas ligados aos interesses dos agentes midiáticos de grande alcance territorial (PASTI, 2018a, p. 92). Para não considerar apenas o instante na interpretação desses arranjos espaciais, é fundamental recuperar a categoria de evento (SANTOS, 1999, 2006, p. 143-168). Trata-se, conforme Milton Santos, de considerar, na teoria geográfica, a indissociabilidade entre tempo e espaço. O evento é compreendido como um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço. Para este autor, os eventos são “veículos” das possibilidades do mundo que se realizam nos lugares. O evento é sempre *presente*, mas não necessariamente instantâneo - daí podermos analisar sua *duração*. Os eventos também podem ser analisados a partir de suas sobreposições, extensões e escalas.

Cabe questionar, assim, quais feixes de eventos se sobrepõem e se articulam na organização do território usado do presente, com durações diversas, produzindo tensões entre novo e velho, interno e externo, Estado e mercado (SANTOS, 2012). É necessário reconhecer o poder dos meios de comunicação hegemônicos em condicionar a realização dos eventos e suas escalas (PASTI, 2018a), tendo grande papel na organização da psicosfera.

Analisando a conjuntura atual, Ronaldo de Almeida considera que esta seria composta por “linhas de força que cooperam para a resultante que tem sido considerada conservadora” (ALMEIDA, 2017, p. 27) - uma dinâmica de avanço conservador e de desdemocratização (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 18). Almeida (2017) destaca quatro dimensões desse processo: econômica, moral, securitária e interacional. Seria possível entender a dimensão econômica associada à hegemonia neoliberal; a dimensão moral associada à ascensão de valores conservadores; a dimensão securitária associada ao punitivismo; e a dimensão interacional associada à ascensão da intolerância política e social com a extrema-direita<sup>1</sup>. Dialogando com esse entendimento, pretende-se obter pistas da conjuntura brasileira atual mobilizando análises da atuação e da cobertura da mídia.

Em primeiro lugar, na dimensão econômica, cabe interpretar o neoliberalismo como um evento e investigar suas expressões na psicosfera. Trata-se de um evento global, que se difunde no território brasileiro a partir, sobretudo, da década de 1990. Os meios de comunicação hegemônicos atuam como defensores e portadores da razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Como afirmaram Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 243), “a grande vitória ideológica do neoliberalismo consistiu em ‘desideologizar’ as políticas seguidas, a

ponto de não serem sequer objeto de debate”. Assim emerge um consenso neoliberal, com a uniformidade produzida e imposta por diversos meios (MÉSZÁROS, 2004, p. 14). Em geral, “as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria *razão*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242). Essa é a estratégia que marca a profusão de sentidos na cobertura midiática de inúmeros temas e que foi se consolidando no território brasileiro ao longo das últimas décadas.

Vale resgatar três breves evidências empíricas recentes, dos debates das reformas neoliberais após o golpe de 2016. O estudo *Vozes Silenciadas - Reforma da Previdência e Mídia* (INTERVOZES, 2019b) analisou o posicionamento de especialistas consultados sobre a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro na cobertura midiática. O levantamento apontou um importante desequilíbrio na mídia impressa de grande alcance (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão) entre as pessoas ouvidas como especialistas: 72,5% eram favoráveis ou parcialmente favoráveis à reforma, contra 19% de contrários ou parcialmente contrários. Além disso, considerando que as mulheres sofreriam mais diretamente consequências negativas da reforma, a pesquisa averiguou uma ausência de diversidade de gênero entre os especialistas consultados (INTERVOZES, 2019b).

Silenciamento parecido é demonstrado por dois estudos da ONG Repórter Brasil. O primeiro, analisando também a Reforma da Previdência, demonstrou que 91% do tempo do Jornal Nacional e 62% do tempo do Jornal da Record foi mobilizado para defesa da reforma e que, na mídia impressa, entre mais de 400 matérias analisadas, eram a favor da reforma 90% dos textos do Jornal O Globo, 87% do Estadão e 83% da Folha de S. Paulo (MÍDIA..., 2017). Já no caso da Reforma Trabalhista, o estudo indica que a maior parte da mídia não abordou o impacto negativo das mudanças - entre os principais noticiários da TV aberta, 100% do tempo do Jornal da Record foi utilizado por conteúdo pró-reforma, enquanto no Jornal Nacional 77% do tempo foi mobilizado para argumentos também favoráveis. Entre os ouvidos, todos os especialistas consultados pelo Jornal Nacional e pelo Jornal da Record eram defensores da reforma. As reportagens sobre a Reforma Trabalhista, nos principais jornais impressos, também foram majoritariamente favoráveis a ela - sobretudo no Jornal O Globo, que compuseram 88% das matérias publicadas sobre o tema (REFORMA..., 2017).

Esse silenciamento contribui para a difusão do neoliberalismo como racionalidade, imposto como pensamento único, que acompanha uma negação da política e da pluralidade e diversidade de ideias. São sentidos que estão difundidos largamente na psicofera e que se impõem de forma hegemônica. Importante notar que, depois do que Dardot e Laval chamam de etapa militante do neoliberalismo<sup>2</sup>, com a agenda de Thatcher e Reagan nos anos 1980, as propostas neoliberais, já consolidadas no imaginário global, passam a ser consideradas apenas ações de “boa governança”, “boas práticas” ou referentes a uma necessária “adaptação à globalização” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242- 243). Essa discussão sobre “boas práticas” com o silenciamento das vozes dissonantes contribui para ocultar o fato de que os grupos midiáticos de grande alcance também têm negócios no mercado imobiliário, no mercado financeiro, no agronegócio e em outros setores - cruzamento e conflito de interesses revelado pela pesquisa MOM-Brasil (INTERVOZES, 2017). Os sentidos em circulação nas redes sociais e nas táticas de desinformação no contexto da ascensão da extrema-direita no país ligados ao campo semântico neoliberal - dentro do que Messenberg (2019) chama de “cosmovisão da ‘nova’ direita” - foram sendo produzidos e colocados em circulação no território usado ao longo do tempo.

A segunda dimensão aqui tratada é o evento correspondente à ascensão do fundamentalismo religioso (CHAUÍ, 2006) e do conservadorismo - considerando essas categorias, conforme Almeida (2017, p. 5), “construídas relacionalmente no embate político, que está significativamente pautado pelos meios de comunicação mais hegemônicos”. No sistema midiático, é possível identificar uma presença crescente de líderes religiosos cristãos no controle de veículos e redes de comunicação de grande alcance no território brasileiro. A pesquisa MOM-Brasil indica que 9 dos 50 veículos de maior audiência no Brasil são controlados por igrejas ou lideranças religiosas cristãs (INTERVOZES, 2017). Conforme Bandeira (2018a), destaca-se a

TV e a rádio: “entre as onze redes de TV de maior audiência, três são de propriedade de lideranças evangélicas (Record TV, Record News e Gospel TV) e uma de liderança católica (Rede Vida). Entre as doze redes de rádio, duas são evangélicas (Aleluia e Novo Tempo) e uma católica (Rede Católica de Rádio)”. Essa tecnosfera de mídias sob controle do conservadorismo religioso se articula à difusão de sentidos e valores na psicofera, promovendo a repercussão desse evento no território.

Vale questionar, baseado em Bandeira (2018b): quais ‘valores cristãos’ são colocados em debate na esfera pública por esses meios de comunicação? Segundo a autora, o controle religioso da mídia se articula com algumas lideranças políticas religiosas, que atuam na defesa de “questões morais, da chamada ‘família tradicional’, a condenação da homossexualidade e do aborto”, também no Congresso Nacional (BANDEIRA, 2018b). Isso ocorre porque os “religiosos ‘midiáticos’ de maior visibilidade pertencem a um pequeno grupo de cristãos evangélicos e católicos que também ganham espaço na esfera pública a partir de sua atuação política”, em “defesa de determinados valores morais e do combate aos direitos conquistados por mulheres e LGBTs nos últimos anos” (BANDEIRA, 2018b). Bandeira (2018b) ressalta, ainda, que nem a diversidade de perspectivas dessas religiões nem as diversas religiosidades do país estão presentes na mídia de grande alcance - com silenciamento, por exemplo, das religiões de matriz africana. Essa articulação do controle de redes de comunicação e atuação política, ambas colocando sentidos em circulação na sociedade, contribui para a compreensão do avanço dessas perspectivas na atual conjuntura.

A terceira dimensão aqui tratada corresponde à crescente difusão de sentidos da agenda punitivista, repressiva e contrária aos direitos humanos na psicofera, com relevante participação dos grandes grupos de mídia. Esse punitivismo, como afirma Cruz (2021) é um elemento constituinte das práticas institucionais, interpessoais e estruturais da sociedade brasileira e requer um retorno à nossa formação socioespacial. Em sua atualidade, o punitivismo na mídia envolve programas televisivos sensacionalistas, de grande audiência, conhecidos como “policialescos” que, “enquanto apontam supostos culpados pelos crimes que narram, [...] expõem vítimas e acusados, violam direitos de crianças e adolescentes, promovem o racismo, o machismo e a homofobia, e legitimam e estimulam a violência policial” (MOURA, 2015, p. 9). A partir de uma análise de casos emblemáticos desses programas, Valente afirmou ser estreita a relação entre a mídia e a difusão de conteúdos que “reforçam o estabelecimento de uma cultura de violação de direitos humanos, violência e barbárie” (VALENTE, 2015).

Uma evidência exemplar vem de pesquisa realizada pelas organizações ANDI e Intervozes em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), intitulada Violações de Direitos na Mídia Brasileira (VARJÃO; ANDI, 2015a). O levantamento indicou que apenas no mês de março de 2015, narrativas de rádio e televisão de 28 diferentes programas policialescos, de 10 diferentes capitais do país, promoveram 4500 violações de direitos, cometeram 15761 infrações a leis brasileiras e multilaterais e desrespeitaram 1962 vezes normas autorregulatórias como o código de ética dos jornalistas (VARJÃO; ANDI, 2015b). Após esse projeto, a plataforma Mídia Sem Violações reuniu mais 1471 denúncias de diversas violações de direitos humanos na TV aberta no mesmo ano. Dessas, 1378 apontavam exposição indevida de pessoas ou famílias, 1172 desrespeito à presunção de inocência e 507 violações do direito ao silêncio. Também houve denúncias de incitação ao crime e à violência, à desobediência às leis ou decisões judiciais, discurso de ódio e preconceito, identificação de adolescentes em conflito com a lei e tortura psicológica e tratamento desumano e degradante. Os programas televisivos com maior número de denúncias eram: Cidade Alerta (358 denúncias), Brasil Urgente (235), Ronda Geral (158) DF Alerta (123), Metendo Bronca (118) e Balanço Geral (100) (INTERVOZES, 2015).

Esse gênero de programa povoa o imaginário coletivo com anseios por mais punições, mais vigilância e violações de direitos (ROMÃO, 2013), se aliando à agenda do encarceramento em massa, com consequências raciais e de gênero (DAVIS, 2018) - reveladoras da estrutura racial e patriarcal do encarceramento seletivo em massa e da sociedade brasileira (CRUZ, 2021). Esse imaginário é mobilizado por inúmeros agentes políticos, dando sustentação para plataformas de candidatos policiais civis, militares ou civis com discursos

militarizados - como lembra Cruz (2021) sobre as eleições de 2018. Mais uma vez, as novas táticas discursivas do “populismo digital” (CESARINO, 2020) se alinham com e se aproveitam desses sentidos em circulação há tempos na psicosfera, com importante papel dos velhos grupos concentrados da mídia nessa difusão.

A quarta e última dimensão apontada por Almeida, interacional, refere-se à difusão no território brasileiro do evento marcado pela ascensão da extrema-direita e crescimento da violência política no país - direcionada majoritariamente a um campo político. Novamente, esse processo é potencializado pela atuação dos meios de comunicação e pela produção e circulação de sentidos por eles. O que é corriqueiramente reduzido no debate público à expressão “antipetismo” (mas que não se resume a um partido) ou simplificado, em falsa simetria, como “polarização”, precisa ser compreendido e teorizado de forma mais ampla - engloba a criminalização dos movimentos sociais, do campo popular, de posições associadas à esquerda política e de suas agendas, práticas e símbolos, junto de uma demonização da política e das formas de organização. Diversas pesquisas, como de Solano (2019), vêm analisando essa construção do “inimigo” nos discursos desse campo político ascendente. Nota-se, uma vez mais, que esse processo tem grande participação da mídia hegemônica, colocando sentidos em circulação na psicosfera.

A revista *Veja*, de maior circulação no país e com grande capacidade de pautar outros veículos, sistematicamente produziu associações a um campo de sentidos negativo de todo esse conjunto aqui mencionado, como indicam, entre outros, Makhoul (2009) e Tavares, Berger e Vaz (2016). Diversas dessas análises do papel estrutural dos meios foram feitas no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, cuja legitimidade foi construída discursivamente pela mídia (GONÇALVES, 2018; MARTINS, 2017; MOURÃO; MARTINS, 2016). Inclui-se, nesse bojo, a cobertura acrítica da Operação Lava Jato, a vocalização constante de sujeitos políticos da extrema-direita, a repercussão seletiva de manifestações - isto é, o condicionamento da escala desses eventos geográficos. Cabe mencionar, como exemplos, a participação dos meios como promotores ativos da maior manifestação pró-*impeachment* de Dilma, como mostraram Barbosa e Martins (2016), ou na visibilidade desproporcional dada à cobertura de uma caminhada de duas dezenas de integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) pela mesma pauta (MBL COMEÇA..., 2015). Além disso, dados do projeto Manchetômetro discutidos por Feres Jr. (2018) apontam, em suas palavras, que a mídia “toma partido contra o Partido dos Trabalhadores” em sua cobertura.

Tratando dos movimentos sociais, um exemplo de evidência é a pesquisa *Vozes Silenciadas - A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito* (INTERVOZES, 2011), que demonstra como a mídia, de forma dominante, silencia e criminaliza os movimentos sociais. Analisando mais de 300 matérias que citavam o movimento, o levantamento revela que apenas 18,9% das matérias ouvem o MST. Além disso, 59,1% das matérias posicionam o movimento em um campo de sentidos negativo, mobilizando quase 200 diferentes expressões negativas para se referir a ele. Como demonstra Cesarino (2020, p. 94), esses sentidos foram mantidos, mobilizados e potencializados nos discursos dominantes nas redes de Whatsapp de sustentação dessa extrema-direita.

Esse conjunto de elementos que caracterizam o movimento de ascensão conservadora e desdemocratização (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019) revela um papel significativo da mídia na organização da psicosfera que dá sustentação à atuação dos agentes políticos e econômicos hegemônicos da atual conjuntura. Esse papel articula velhas formas de atuação e organização no espaço, por meio do controle de uma tecnosfera midiática concentrada, atualizada com uso de novas tecnologias, com novos arranjos e táticas políticas, como a desinformação massiva.

#### **Conclusões: tensões novo-velho e pistas para as leituras da conjuntura**

A leitura da conjuntura a partir do território usado passa pela caracterização da psicosfera e da tecnosfera, reconhecendo as permanências e transformações, os arranjos efetivamente presentes no território que dão suporte à ação hegemônica e que devem ser alvos das disputas para projetos contra-hegemônicos. O novo, portanto, se articula permanentemente com essas formas e sentidos existentes, “instalados”, compondo o território usado e praticado, condicionando a vida cotidiana e os projetos de futuro.

É importante compreender a complexidade desses arranjos que constituem a formação socioespacial brasileira. Essa categoria de formação socioespacial, proposta por Milton Santos (1977, 2008), parte do conceito de formação social e econômica, de Karl Marx, incorporando a consideração do espaço. Para o autor (SANTOS, 2008, p. 22), a categoria “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”. É necessário, assim, definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras e, no interior dela, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 2008, p. 25). É impossível ler a conjuntura atual, interpretar o território no presente, sem uma compreensão dos elementos constitutivos da formação socioespacial brasileira que permanecem centrais aos usos do território.

As novas dinâmicas da comunicação se combinam, portanto, com características herdadas que configuraram a organização das comunicações na formação socioespacial brasileira: (1) o mercado extremamente concentrado; (2) a predominância do setor privado; (3) a ausência de regulamentação; e (4) a forte dependência em relação aos conteúdos e técnicas dos principais conglomerados midiáticos e agências globais de notícias. Desde pelo menos os anos 1930, o modelo de radiodifusão adotado tem privilegiado, segundo Lima (2011), a atividade privada comercial e favorecido a conformação de oligopólios midiáticos, em função da ausência de regulação.

Nesse contexto, o poder concentrado de profusão de sentidos acompanha, recentemente, inovações caracterizadas por arranjos e possibilidades novas de uso das tecnologias da informação e comunicação que viabilizaram o extensivo e ininterrupto monitoramento de nossas ações online e que “integram as engrenagens de um investimento econômico que direciona imensos volumes de dados para aplicação de estratégias de modificação do comportamento humano” (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019), associada, politicamente, à desinformação massiva e intencional. O conceito de desinformação tem sido adotado, nesse caso, para “ressaltar a intencionalidade na produção e na propagação de informações falsas, equivocadas ou descontextualizadas para provocar uma crise comunicacional e, assim, obter ganhos econômicos e/ou políticos” (MARTINS, 2020, p. 68). Com o “populismo digital” (CESARINO, 2020), esta foi uma estratégia vitoriosa da extrema-direita no pleito presidencial em 2018, sobretudo mobilizando redes e grupos no mensageiro Whatsapp com disseminação massiva de campanhas negativas baseadas na retórica do medo (CESAR; DOS SANTOS, 2021). Já existem diversas evidências de que essa desinformação massiva tem sido parte de uma política pública por parte do governo federal de Bolsonaro (SILVEIRA, 2020, p. 11; VIEIRA; PIO; FIRMINO, 2020).

Nossas interpretações da conjuntura devem unir esforços de desvendar o novo em suas articulações com as práticas herdadas e permanentemente em movimento das comunicações, enquanto tecnosfera e psicofera. Essas articulações se evidenciam, por exemplo, no debate da psicologia social sobre um “viés de confirmação” (KLAYMAN, 1995) - que indica uma tendência de crença em uma informação, mesmo que falsa, quando ela reverbera e mobiliza valores, sentidos e crenças já presentes. Parte das táticas da comunicação política no contexto da desinformação massiva têm sucesso por articular sentidos já em circulação na psicofera, produzidos também a partir da mídia hegemônica - nessa dialética do novo e do velho no território.

A criação de redes de difusão de desinformação entre os apoiadores tem sido uma estratégia central desse grupo. Tal fato é ilustrado na cena gravada no dia da posse de Bolsonaro, em que apoiadores gritavam “Whatsapp, Whatsapp, Facebook, Facebook” como forma de ataque a um repórter (MAIA, 2019). Os ataques constantes do governo Bolsonaro à mídia (IMPrensa..., 2021) - que fizeram a organização Repórteres Sem Fronteiras colocar o Brasil, pela primeira vez, na zona vermelha (de risco) do índice mundial de Liberdade de Imprensa e incluir o presidente em sua lista global de “predadores da liberdade de imprensa” - não reverteram, no entanto, a atuação dos grandes meios na produção dos sentidos tratados neste texto.

Ressalta-se, por fim, que a interpretação da conjuntura não deve ser baseada apenas nas forças hegemônicas. Desse modo, sugere-se recuperar um dos princípios éticos para a leitura da conjuntura no território propostos

por Ana Clara Torres Ribeiro: evitar reconhecer como único possível o discurso dominante, que outorga verticalmente sentidos às práticas, e buscar uma percepção mais larga do tecido social, por meio da atenta escuta de vozes diversas, realizando a análise das práticas sociais “em contexto” - isto é, considerando o conjunto das forças sociais envolvidas, abrangendo considerações de tempo e espaço (RIBEIRO, 2013b, p. 197). Essa leitura da conjuntura, considerando as diferentes forças e agentes no território usado, nos permite evitar a armadilha do pensamento único que aponta Santos (2000, p. 160).

Portanto, é indispensável notar que na atual conjuntura diversas ações de resistência à lógica dominante, de denúncia e de construção de alternativas aos sentidos hegemônicos na psicosfera convivem com as práticas hegemônicas. Destacam-se, ainda, lutas pela transformação e democratização do sistema de mídia - buscando articular ações sociais coletivas e incidência sobre políticas de comunicação que potencializem o direito à comunicação no território e as vozes dos lugares e grupos silenciados. Além disso, crescem iniciativas para o desvendamento das dinâmicas da comunicação política baseada em desinformação massiva (BASTOS DOS SANTOS et al., 2019; CERVI; WEBER, 2021), para o debate e enfrentamento político do poder das plataformas digitais (DA SILVEIRA, 2018; FERRARI; GRAHAM, 2021), assim como experimentações de apropriação tática das novas técnicas (SANTOS, 2000) buscando promover uma comunicação ascendente, baseada nos lugares e nas trocas efetivas dos sujeitos (PASTI, 2021).

Compreender a situação para intervir nela supõe, como disse Raffestin (2015, p. 198), “a concepção dos estados das coisas em rede, e confrontar essas imagens construídas com as realidades geográficas portadoras de sentido”. É necessário, antes de mais nada, resistir ao fatalismo - como ensinou Paulo Freire (2018) - e reconhecer as possibilidades de intervenção na conjuntura. Essas possibilidades passam, também, pela disputa de sentidos na psicosfera - como propõem Bruno e Roque (2019), construindo ambientes coletivos que incluam as demandas da subjetividade, focando em valores compartilhados que reestabeleçam a confiança social, em contraponto à desdemocratização e à crise de confiança coletiva que marcam a atual conjuntura.

Para Ana Clara Torres Ribeiro, a indefinição das conjunturas no presente acompanha uma proliferação de arenas políticas, transitórias, com a multiplicação de metas de curto prazo, “absorvedoras de energias que, noutras circunstâncias, poderiam estar voltadas para a defesa de mudanças sociais mais abrangentes e profundas” (RIBEIRO, 2013a, p. 256). Aqui consta, para ela, uma armadilha da ação política: a não explicitação de projetos abrangentes de futuro estimularia a ágil difusão de novas racionalidades políticas, competitivas entre si, e a ampliação de um sentimento generalizado de urgência e imediatismo. Para a autora, esses fenômenos tendem a ser mais expressivos em contaminar determinadas ideias-síntese do que plataformas coesas de reivindicação e protesto (RIBEIRO, 2013a, p. 257). A coesão necessária de movimentos e sujeitos sociais para a construção desses projetos abrangentes é um desafio do presente - ao qual Ana Clara Torres Ribeiro sugere fazermos referência à “força que podem assumir, na conjuntura, os valores do humanismo, contrarrestando a atual hegemonia da racionalidade econômica e da eficácia técnica” (RIBEIRO, 2013a, p. 265).

Buscamos, neste texto, algumas pistas para ler a conjuntura a partir do território usado enquanto psicosfera e tecnosfera, para que possamos participar ativamente da disputa - urgente - da imaginação sobre o futuro e pela concretização de outros futuros possíveis. Para Milton Santos, “é lícito dizer que o futuro são muitos, e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade” (SANTOS, 2000, p. 161). Nossa leitura deve buscar reconstruir esses arranjos, considerando as tensões entre novo e velho, reconhecendo permanências e transformações no território usado e compreendendo as dinâmicas de produção e circulação de sentidos e imaginários que compõem nosso quadro da vida social.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pedro. *Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo*. 667 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ALMEIDA, Ronaldo De. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 2017, n. 50, p. 1-27, 26 jun. 2017.
- ARROYO, Mónica. A América Latina numa encruzilhada: ocaso do projeto de integração? *GeoTextos*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 13-28, 30 jul. 2017.
- ARROYO, Mónica. Globalização e espaço geográfico. *Experimental*, São Paulo, n. 6, p. 15- 31, 1999.
- BANDEIRA, Olívia. Igrejas cristãs no topo da audiência. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2018a. Volume especial proprietários da mídia. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/midia-religiao-e-politica-igrejas-cristas-intensificam-presencana-esfera-publica/>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- BANDEIRA, Olívia. Mídia, religião e política: igrejas intensificam presença na esfera pública. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2018b. Volume especial proprietários da mídia. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/midia-religiao-e-politica-igrejas-cristasintensificam-presenca-na-esfera-publica>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- BARBOSA, Bia; MARTINS, Helena. O papel da mídia nas manifestações do 13 de março. *CartaCapital - Intervozes*. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-papel-da-midia-nas-manifestacoesdo-13-de-marco/>. Acesso em: 14 mar. 2016
- BASTOS DOS SANTOS, João Guilherme *et al.* WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 2, p. 307-334, 31 ago. 2019.
- BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. *Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de los medios en la América Latina del Siglo XXI*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.
- BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, e33095-e33095, 27 dez. 2019.
- CERVI, Emerson; WEBER, Maria Helena (org.). *Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018*. Curitiba: CPOP, 2021.
- CESAR, Camila Moreira; DOS SANTOS, Nina Fernandes. Campanhas políticas e WhatsApp: a porosidade entre as campanhas oficiais e os ativismos nas eleições de 2018. In: CERVI, Emerson; WEBER, Maria Helena (org.). *Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018*. Curitiba: CPOP, 2021. p. 167-199.
- CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-umaeleic%CC%A7a%CC%83o-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. In: BORON, Atilio (org.). *Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. Buenos Aires: CLACSO, 2006p. 21. p. 125-144.
- CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin?* São Paulo: Ed. Unesp: ATTAC, 1999.
- CRUZ, Monique de Carvalho. As particularidades fundantes do punitivismo à brasileira. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 524-547, 3 mar. 2021.
- DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Regulação algorítmica e os Estados democráticos. *ComCiência*, Campinas, n. 204, 2018. Dossiê Algoritmos. Disponível em: <https://www.comciencia.br/regulacao-algoritmica-e-os-estados-democraticos/>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.

- FERES JR., João. Partidarismo midiático. In: GONÇALVES, Mírian (org.). *Enciclopédia do golpe*: vol 2. - O papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018. p. 178-188.
- FERRARI, Fabian; GRAHAM, Mark. Fissuras no poder algorítmico: plataformas, códigos e contestação. *Fronteiras - estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 23, n. 2, p. 207-219, 14 set. 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- FREIXO, Adriano De; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.). *Brasil em transe*: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- GÓMEZ GERMANO, Gustavo. La regulación democrática de los medios de comunicación: necesidad, alcances y límites de la intervención estatal. *La democratización de la comunicación y la información en América Latina*. Quito: CIESPAL; Carter Center, 2013.
- GONÇALVES, Mírian (org.). *Enciclopédia do golpe*: vol 2. - O papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018.
- INTERVOZES. *Mídia Sem Violações de Direitos*. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.midiasemviolacoes.com.br/rankings>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- INTERVOZES. *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil 2017*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Repórteres Sem Fronteiras; Intervozes, 2017. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- INTERVOZES. *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil 2019*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Repórteres Sem Fronteiras; Intervozes, 2019a. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- INTERVOZES. *Monopólios digitais: concentração e diversidade na Internet*. São Paulo: Intervozes, 2018. Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interliv012monodig.pdf>. Acesso em 3 mar. 2020.
- INTERVOZES. *Vozes silenciadas*: a cobertura da mídia sobre o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a comissão parlamentar mista de inquérito. São Paulo: Intervozes, 2011.
- INTERVOZES. *Vozes Silenciadas*: a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira. São Paulo: Intervozes, 2020.
- INTERVOZES. *Vozes Silenciadas*: reforma da previdência e mídia: o posicionamento de especialistas sobre a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro. São Paulo: Intervozes, 2019b.
- IMPRESA brasileira, verdadeiro saco de pancadas da família Bolsonaro: uma tendência que se intensifica em 2021. *Repórteres Sem Fronteiras*. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://rsf.org/pt/relacoes/imprensa-brasileira-verdadeiro-saco-de-pancadas-da-familia-bolsonaro-uma-tendencia-que-se>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- ISNARD, Hildebert. *O espaço geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.
- ITURRALDE, María Eugenia. La descentralización como elemento fundamental en el proceso de democratización de los medios de comunicación en Argentina. *Questión: Revista Especializada en Periodismo y Comunicación*, La Plata, v. 1, n. 47, p. 162-175, 2015.
- KLAYMAN, Joshua. Varieties of confirmation bias. *Psychology of Learning and Motivation*. [S.l.]: Elsevier, v. 32, p. 385-418, 1995. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0079742108603151>. Acesso em: 26 set. 2021.
- LIMA, Venício De. *Regulação das comunicações*. São Paulo: Paulus, 2011.
- MAIA, Gustavo. Para repórter da Globo, apoiadores de Bolsonaro gritam WhatsApp e Facebook. *UOL Notícias*, Brasília, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/para-repórter-da-globo-apoiadores-de-bolsonaro-gritam-whatsapp-e-facebook.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- MAKHOUL, Fábio Jammal. *A cobertura da revista Veja no primeiro mandato do presidente Lula*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4056>. Acesso em: 23 set. 2021.
- MARTINS, Helena. Muito além das fake news: o problema da desinformação em meio à crise social. In: INTERVOZES: desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news. São Paulo: Editora Veneta, 2020. p. 8-17.
- MARTINS, Helena. Na sintonia do golpe: o papel da mídia na crise política. In: INTERVOZES (org.). *Direito à comunicação no Brasil 2016*. São Paulo: Intervozes; FES, 2017. p. 32-44.

- MBL COMEÇA caminhada de protesto com objetivo de chegar até Brasília. *GI*, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/mbl-comecaminhada-de-protesto-com-objetivo-de-chegar-ate-brasilia.html>. Acesso em: 6 jul. 2019.
- MESSEMBERG, Debora. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: FREIXO, Adriano De; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 25-49.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÍDIA ignora críticas à Reforma da Previdência. *Repórter Brasil*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/04/midia-ignora-criticas-a-reforma-daprevidencia/>. Acesso em: 12 out. 2020.
- MORAES, Dênis De. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Dênis De (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 187-216.
- MOURA, Iara. Os programas “policiaescos” no contexto histórico. In: VARJÃO, Suzana; ANDI (org.). *Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento*. Brasília: ANDI - Comunicação e Direitos, 2015. v. 2. p. 7-12.
- MOURÃO, Mônica; MARTINS, Helena. A legitimidade do impeachment construída pela grande mídia. *CartaCapital - Entrevistas*. [S.l.: s.n.], 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-legitimidade-do-impeachmenttramada-pela-grande-midia/>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- NABARRO, Wagner; SILVA, Adriana Bernardes Da. Informação e território: a Agence France-Presse no Brasil. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 37-59, 3 abr. 2012.
- NAPOLI, Philip M. Deconstructing the diversity principle. *Journal of Communication*, Oxford, v. 49, n. 4, p. 7-34, 1 dez. 1999.
- PARRA, Henrique. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 109-120, 17 out. 2012.
- PASTI, André. Notícias, psicofera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 30, n. 1, p. 80-109, 1 jul. 2018a.
- PASTI, André. Os centros de comando das notícias e a rede urbana brasileira. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 271-290, 27 dez. 2018b.
- PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. *Revista Eptic*, São Cristóvão, v. 23, n. 2, p. 41-64, 2021.
- RAFFESTIN, Claude. Da ideologia à utopia ou a prática do geógrafo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 193-200, 27 jun. 2015.
- REPÓRTER BRASIL. REFORMA trabalhista: maior parte da mídia não aborda o impacto negativo das mudanças. *Repórter Brasil*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/06/reforma-trabalhista-maior-parte-da-midia-nao-aborda-o-impacto-negativo-das-mudancas/>. Acesso em: 12 out. 2020.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Alguns traços da conjuntura política: movimentos sociais e esfera pública. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. p. 255-268. v. 5.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Leitura de movimentos: conjuntura, ação e poder. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b. p. 193-208. v. 4.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p. 44-55.
- ROMÃO, Davi Mamblona Marques. *Jornalismo policial: indústria cultural e violência*. Mestrado (Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/>. Acesso em: 25 set. 2021.
- SANTOS, Milton. A Geografia - impasse e desafios no findar do século XX. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 153-165, 2018.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SANTOS, Milton. Society and space: social formation as theory and method. *Antipode*, Worcester, v. 9, n. 1, p. 3-13, fev. 1977.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e o meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu Da. A desinformação é uma indústria. In: INTERVOZES. *Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news*. São Paulo: Editora Veneta, 2020. p. 5-8.
- SOLANO, Esther. Quem é o inimigo? retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: FREIXO, Adriano De; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.). *Brasil em transe: Bolsonaro, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 83-98.
- TAVARES, Federico de Mello Brandão; BERGER, Christa; VAZ, Paulo Bernardo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista *Veja*. *Pauta Geral*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 20-44, 2016.
- VALENTE, Jonas. Casos emblemáticos de violações de direitos. In: VARJÃO, Suzana; ANDI (org.). *Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento*. Brasília: ANDI - Comunicação e Direitos, 2015. v. 2. p. 13-19.
- VARJÃO, Suzana; ANDI (org.). *Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento*. Brasília: ANDI - Comunicação e Direitos, 2015a. v. 2.
- VARJÃO, Suzana; ANDI (org.). *Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento*. Brasília: ANDI - Comunicação e Direitos, 2015b. v. 3.
- VIEIRA, Gilberto; PIO, Debora; FIRMINO, Rodrigo. *Dados e narrativas territorializadas em tempos de pandemia global (Lavits\_Covid19\_#7)*. [s.l.], 2020. Disponível em [http://lavits.org/lavits\\_covid19\\_7-dados-e-narrativas-territorializadas-em-tempos-depandemia-global/?lang=pt](http://lavits.org/lavits_covid19_7-dados-e-narrativas-territorializadas-em-tempos-depandemia-global/?lang=pt). Acesso em: 22 ago. 2020.
- WU, Tim. *El interruptor principal: auge y caída de los imperios de la información*. México: FCE, 2016.

## NOTAS

- 1 Semelhante sistematização é construída por Messenberg (2019, p. 36-45), que organiza três campos semânticos das ideias-força desse movimento: os “princípios neoliberais” (que Almeida chama de dimensão econômica); o “conservadorismo moral” (que articula as dimensões securitária e moral de Almeida) e o “antipetismo” (correspondente à dimensão interacional para Almeida).
- 2 Essas transformações ou etapas do neoliberalismo devem ser consideradas no bojo de um evento geográfico global de *mundialização financeira* (CHESNAIS, 1998) que se realiza em diferentes tempos e com distintas resistências nos diferentes territórios. Como lembra Arroyo (1999, p. 15), “a vocação por mundializar as relações econômicas, culturais e políticas é intrínseca ao capitalismo e acompanha-o desde suas origens”. Chesnais (1998, 1999) identifica três momentos principais da difusão desse evento: (1) de 1960 ao final da década seguinte, caracterizado por uma internacionalização financeira limitada, com a adoção do sistema de taxas de câmbio flutuantes; (2) de 1980 a 1985, caracterizado pela expansão da liberalização dos mercados, sobretudo nos países capitalistas centrais; e (3) entre 1986 e 1995, constituindo uma acentuação da interligação dos mercados e incorporação dos chamados “mercados emergentes”, caso dos territórios latino-americanos.